

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	13/04/2021
Reunião:	2ª Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais de 2021
PARTICIPANTES	
PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Marie Ikemoto	INEA
Lícíus Freire	FIPERJ
Vera Lúcia Teixeira	CBH - MPS
Markus Budznkz	APEDEMA
Jackson Leandro Moreira Gonçalves	FUPAC/VRB
Marco Alexandre da Silva André	ANA
Carolina Arantes	ANA
Venícios Santos	Codex Remote
Marcelo Araki	IEF/MG
Flávio Monteiro	AGEVAP
Daiane Santos	AGEVAP
Marina Assis	AGEVAP
Leonardo Guedes	AGEVAP
André Boher	AGEVAP
Raissa Galdino	Prefácio
Lauro Bassi	Água e Solo
Elisa Kich	Água e Solo
Rosana Silva	Água e Solo
Bárbara Trindade	AZEVEDO
Lucas	AZEVEDO
Flávio Brandão	AZEVEDO
Tipo:	Videoconferência
Local:	Microsoft Teams
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Aprovação de registro da reunião anterior;</p> <p>A Sra. Marie Ikemoto (INEA) iniciou a reunião, apresentando a pauta e verificou se os membros estavam de acordo com a mesma. Sem nada a corrigir no registro, e após a breve apresentação do novo membro da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Sr. Marco Alexandre da S. André, o registro foi aprovado e foi dado segmento a pauta.</p> <p>Item 2 – Apresentação sobre a Plataforma de gestão do Programa Mananciais do CEIVAP;</p> <p>O Sr. Flavio Monteiro (AGEVAP) deu início as explicações gerais sobre a plataforma e apresentou também o Sr. Venícios Santos (Codex). O Sr. Venícios da Codex Remote, que é da empresa responsável pelo desenvolvimento das ações do SIGA iniciou sua apresentação falando sobre os desafios atuais para implementação de práticas e métodos que venham a auxiliar na redução de custos, na efetividade da gestão e implementação das políticas públicas. Continuou com uma</p>	

explicação sobre os limites do SIGA, plataforma que consiste basicamente em ser uma biblioteca de dados geográficos. O Sr. Venícios falou brevemente sobre a plataforma da Maxar que traz uma alta resolução, com grande importância técnica já que nas condições cartográficas essa é a qualidade indicada. Esclareceu a dúvida do Sr. Marco Alexandre (ANA) sobre o tempo de passagem de imagens das plataformas que pode variar, dependendo do sensor usado, mas é possível chegar em um lapso temporal de 15 dias. Expôs uma ferramenta da plataforma que mostra todas as coletas feitas em uma área. Continuou explicando sobre o consumo da plataforma que poderá ser feito dentro do ArcGIS e QGIS sem a compra de licença necessária para algumas outras e mostrou a possibilidade de emissão de laudos e pareceres já que a plataforma faz o reconhecimento/semi reconhecimento de objetos. Relatou logo em seguida, a API de integração com 11 satélites que tem um total de 700 imagens que poderiam ser usadas para comparativos. As plataformas oferecem, segundo o Sr. Venícios, uma organização e praticidade maior já que não seria mais necessário a contratação de quem vai levantar os dados e seria responsável por organizar as informações coletadas pois a plataforma iria oferecer formas de organização padrão para que toda coleta já venha adequadamente estruturada. O Sr. Venícios demonstrou uma listagem com os mais importantes atributos da plataforma que seria o acesso on-line a imagens de alta resolução (SecureWatch), monitoramento com radar (PCM), integração com bases governamentais, DataDriven, sistemas transacionais e documentos ambientais. Após a apresentação, o Sr. Venícios abriu espaço para responder as dúvidas dos membros e após algumas dúvidas o item de pauta foi encerrado.

Encaminhamento: O GT Mananciais propôs a organização de um workshop para aprofundamento sobre o Programa Mananciais. Os membros farão a proposta sobre o formato e sugestão de participantes para os próximos dois meses.

Item 3 – Apresentação do TdR da gerenciadora de obras;

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) iniciou a explicação do Termo de Referência do Programa de Investimento em serviços ambientais, falando sobre o programa Mananciais e o plano de metas para esse ano. Apresentou as quatro microbacias já selecionadas: Rio Vermelho, Rio das Flores, Rio dos Vieira e Rio Grande. Mencionou que foram definidas sub-bacias prioritárias e microbacias alvo para cada região hidrográfica onde o prisma será aplicado. Falou sobre a programação que foi criada para conclusão dos prismas e início das obras para cada um dos comitês e disse que para esse ano é vista a conclusão de pelo menos os três primeiros prismas: Rio dos Rios, Paraíba do Sul trecho paulista e Médio Paraíba do Sul. O escopo para a gerenciadora é de grande importância para o andamento do projeto, ou seja será necessário já ter em mãos as licitações ((1 lote – 2021). R2R, PS e MPS), (2 lote – 2022). PIAB, BPSI COMPÉ e PP) para a contratação da gerenciadora que estará acompanhando a implantação das obras em serviço. No conteúdo do termo de referência há o escopo de contratação, que consiste em um responsável técnico coordenando os trabalhos nas microbacias quatro vezes por semana, que por sua vez, terá um técnico de campo equipado com motocicleta que vai percorrer e acompanhar as obras três vezes por semana. Apresentou em resumo as atividades definidas pela gerenciadora de obras e a tabela com previsão orçamentaria dessa contratação. Sra. Marie Ikemoto (INEA) questionou sobre a duração do contrato da gerenciadora de obras e sobre o reforço da equipe da secretaria executiva considerando os vários contratos que estarão acontecendo simultaneamente. O Sr. Flávio disse que a duração de 24 meses que está sendo inicialmente utilizada é apenas uma média, levando em consideração o atual plano de ação. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que foi indicado pela Diretoria do CEIVAP, de acordo com recomendação da ANA, a contratação de três profissionais temporários alocados na sede, e que dois deles ficaram para o Programa Mananciais e um para saneamento, logo o Sr. Flávio terá auxílio de dois profissionais para tal demanda pelo tempo determinado. O Sr. Lício Freire (FIPERJ) fez uma contextualização do histórico da discussão sobre o número de profissionais contratados e a alocação dos mesmos, decisão que nunca foi justificada pela ANA. Por último, após parabenizar a apresentação questionou se haverá um apoio no administrativo compatível a área técnica. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que a aprovação do pagamento de profissionais por investimento

deve ser bem clara quanto a funcionários técnicos serem especialistas em recursos hídricos e não administrativos, e levando em conta que a parte administrativa e financeira tem que estar dentro dos 7,5%, o que é um grande desafio para a delegatária. O Sr. Licius destacou a importância e esforço que o grupo técnico e administrativo permanente está fazendo, demanda do CEIVAP, que em suas palavras, não deveriam deixar apenas sob responsabilidade da AGEVAP. Deixou claro que luta pelo entendimento da ANA que deveria disponibilizar um funcionário administrativo contratado por tempo determinado para o projeto. Há ainda possibilidade, mesmo que arriscada, de reforçar o corpo administrativo fixo, para atender o corpo técnico determinado. Reforçou a importância de um bom plano de cargos e salários devido ao grande conhecimento e experiência dos profissionais da AGEVAP e que não acha justo que o profissional de tempo determinado tenha uma previsão de salário muito mais alta que os efetivos. A Sra. Vera Lucia (CBH-MPS) apoiou a visão do Sr. Licius e acrescentou que devem pensar nos comitês mais distantes, como por exemplo o CBH-BPSI. O profissional locado na sede estaria muito distante, portanto seria mais responsável e econômico que o profissional ficasse locado na UD Serrana. O Sr. Marco Alexandre (ANA) disse que mesmo estando ali como um representante da ANA, existem muitas instâncias e ele não é o responsável por dar esse respaldo. Entretanto, apontou meios para que o comitê consiga obter respostas. A Sra. Marie questionou quando o Termo de Referência será concluído para prosseguir com a contratação da empresa, e perguntou quando o primeiro PRISMA do Rio Dois Rios já vai estar sendo concluído e se eles poderão revisar o TdR considerando o produto concreto. Encerrou sua fala solicitando novamente a não divulgação do documento pelos membros, já que ele será objeto de licitação. O Sr. Flávio Monteiro respondeu que a previsão de entrega do PRISMA é de 50 dias. Disse que esperam que o escopo do termo de referência da gerenciadora também esteja pronto, já que o trâmite de licitação da obra será iniciado e eles devem correr juntos. Sugeriu que até o final de abril sejam enviadas contribuições ao documento.

Encaminhamento: A AGEVAP irá reenviar o Termo de Referência para contratação da Gerenciadora de Obras do Programa Mananciais e as contribuições poderão ser enviadas até o dia 30/04/2021 (sexta-feira). O GT Mananciais irá enviar e-mail à Diretoria do CEIVAP para verificar possibilidade de conversa sobre a Escola de Projetos.

Item 4 – Acompanhamento das atividades da Secretaria do Programa Mananciais

Os profissionais das empresas AZEVEDO e Água e Solo entraram na reunião no momento no início da discussão deste item. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) iniciou a apresentação falando sobre as macroatividades, sendo a primeira delas o processo de mobilização social. Explicou que na mobilização social uma parte importante é a identificação de atores e articuladores em todos os CBHs e que são todos contatados. Disse que onde já tem microbacias definidas está sendo feito o contato com atores locais e onde não há o contato é feito com atores regionais. Expos que a coleta de informações sobre critérios foi feita e em todos os CBHs já foi realizada a priorização de sub-bacias, e a coleta de informações sobre critérios de mobilização social ao nível de microbacias já foi concluído nos respectivos CBHs: R2R; MPS; PS; e Piabanha, onde já foram escolhidas as microbacias alvo para o primeiro ciclo do prisma. Nos CBH BPSI e PS2 já houve a apresentação da priorização de bacias e agora estão em discussão interna para ver se realmente atendem aos respectivos comitês. O Sr. Lauro continuou explicando sobre a macroatividade 4 que trata efetivamente do PRISMA. Seguiu a apresentação com a identificação de atores e articuladores locais e falando sobre o calendário já aprovado pela equipe técnica que vai atuar diretamente no PRISMA. Citou que por conta do COVID-19 as oficinas serão transformadas em oficinas itinerantes. As estratégias para as oficinas itinerantes consistem em reunir informantes-chaves para recolher atualizações do DRP do Rio Rural, para preparação de álbum seriado. Com tais informações será montado outro DRP preferencialmente especializado em mapas, que será repassado para que os responsáveis contatem outras pessoas durante o período de aproximadamente uma semana e enviem por fotografias das informações a mais que foram colhidas. Continuou dizendo que as estratégias para o saneamento ambiental, restauração florestal e proteção dos APPs serão ajustadas na prática e consistem em identificar os

produtores e necessidades de implantação/intervenção, elaboração de projetos padrão para diferentes tipos e dimensionamentos/intervenção, por fim a montagem de uma planilha de custos para cada modelo e dimensionamento/intervenção. Já nas estratégias para estradas vicinais há mais critérios para aplicar recursos por serem de alto custo, os passos são respectivamente identificar atividades em curso e ações complementares, identificar e priorizar trechos críticos, identificar intervenções prioritárias - foco no sistema de drenagem e a capacitação através de parcerias. Resumidamente a elaboração do PRISMA consiste em reunir intervenções identificadas no DRP, providenciar os projetos padrão com custos de cada, providenciar as planilhas de custo e providenciar os PIDs, que no final também será o termo de anuência do produtor. Em relação às parcerias, o primeiro passo é identificar parceiros potenciais, seguindo da identificação da melhor forma de parceria e com quem ela se estabelecerá, logo após já seria possível providenciar documentação necessária e estabelecer parcerias com uma estratégia operacional para todo o processo. Frisou o quanto é importante o diagnóstico sobre a qualidade dos sistemas de irrigação, e identificar toda a questão legal do uso da água de todos os irrigantes dentro da microbacia. Assim o consumo da água pode ser diminuído em até 20%. Expôs por último os passos que ainda faltam para a finalização do Produto 2.5 e a ideia é fechar o produto com toda a fase de priorização de micro e sub-bacias concluídas. O Sr. Marco Alexandre (ANA) questionou se com relação à adequação de estados rurais, está previsto a construção de barragens e caixas de infiltração na beira das estradas. O Sr. Lauro confirmou dizendo que será iniciado um trabalho nos pontos mais necessários. A Sra. Marie perguntou em que momento ocorre a formalização da participação dos profissionais rurais e como é feita a adesão do proprietário ao programa. O Sr. Lauro esclareceu que a ideia seria, ao identificar os problemas e seus locais, checar o interesse do proprietário, e assim a equipe técnica trabalharia em um primeiro documento que seria uma carta de adesão. No segundo momento, o mesmo do PID, a ideia seria ter um termo de compromisso. A Sra. Marie disse que acha necessário que existam requisitos mínimos para a adesão, e questionou quais serão os critérios caso tenham muitos inscritos. O Sr. Lauro respondeu que para entrar na fase do PID são levantadas várias questões como critérios de elegibilidade, além do usado o exemplo do Rio Rural de que haja votação/sorteio em caso os produtores interessados ultrapassem os limites do recurso. O Sr. Markus (APEDEMIA) falou sobre a necessidade de acompanhamento técnico da construção das cidades de plástico, já que as condições de estufas estão sem controle. A Sra. Marie Ikemoto (INEA) finalizou informando o Sr. Lauro sobre o levantamento detalhado já existente na bacia de Rio das Flores, que pode ser compartilhado para contribuição ao projeto. Finalizando o item de pauta o grupo concordou com a realização de reunião no mês de junho, para apreciação do primeiro PRISMA.

Item 5 – Acompanhamento das atividades da empresa AZEVEDO para execução do contrato de diagnóstico e planejamento da conservação da nascente do rio Paraitinga

A Sra. Bárbara Trindade (AZEVEDO) apresentou brevemente o diagnóstico físico expondo o mapeamento da bacia hidrográfica da região de estudo. Disse que foram identificados entre córregos, rios e nascentes 42 corpos hídricos. Demonstrou a elaboração do mapa de relevo e geomorfologia, que tem como relevo predominante o de espigões. No mapa de geologia é representado que o estado de São Paulo tem cerca de 30% de endossamento cristalino, bacias terciárias e quaternárias. Durante as visitas ao longo da bacia puderam ser observados vários pontos com afloramento rochosos, uma fragilidade no local e ocorrência de muitas erosões e lugares escorregamentos. De acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos, o estado de São Paulo possui 12 tipos de solos, os identificados na região são argissolos, latossolos e cambissolos. No uso e ocupação de solo, a sub-bacia está inserida na Mata Atlântica, e nessa região ocorrem as florestas brochurras e estacional, e mesmo com o difícil acesso ao local ocorrem muitas atividades de desmatamento e queimadas, isso se deve em decorrência da produção agrícola e pecuária intensas. Finalizou apresentando registros fotográficos do local. O Sr. Flávio Brandão (AZEVEDO) começou então a apresentação do parecer jurídico trazendo cadastros do INCRA e CAR. Disse que por terem algumas divergências o outro modo de coleta de dado foi buscar diretamente no Cartório de Ofício de Notas tudo que estivesse em nome do proprietário. Paralelamente foram compartilhados diversos documentos de origem judicial e extrajudicial e assim começaram a comparar com os estudos previamente feitos em matrículas

antigas, dessa forma foi possível fazer a convergência das sete referências que estão no nome do proprietário, que somadas ultrapassam os 1.208,57ha lançados no CAR. Concluiu-se então que para a implantação da RPPN as principais providências que devem ser tomadas são: a elaboração de uma nova planta ou memorial descritivo de tais imóveis, para sua devida averbação no RGI competente, abertura de um inventário de partilha dos bens dos proprietários já falecidos e colaterais e a certificação dos imóveis junto ao INCRA. O Sr. Lucas (AZEVEDO) seguiu a apresentação com a explicação sobre a localização de uma propriedade do proprietário que está sendo compartilhada com outra família. Ele mostrou o perímetro proposto, para que haja a regulamentação e assim poderão realizar um georreferenciamento ou uma descrição real e final para as matrículas. A Sra. Bárbara encerrou a apresentação e abriu um espaço para dúvidas. O Sr. Marcelo Araki (IEF/MG) perguntou sobre a estimativa de tempo para conclusão e o Sr. Flávio Brandão respondeu dizendo que mesmo sendo algo de fácil execução ainda assim, dependem de análises mais aprofundadas das escrituras e o tempo de cartório, prefeitura e técnico em georreferenciamento. Ele deu uma média de 90 dias, com a possibilidade de mudança no prazo. A Sra. Vera Lucia Teixeira (CBH MPS) questionou quais os próximos passos que após o diagnóstico teriam que se seguir. Sr. Flávio Monteiro a explicou que após o diagnóstico e prognóstico da empresa AZEVEDO um novo estudo será feito após o plano pronto. Sendo assim, as próximas ações podem ser discutidas com o Grupo de Trabalho.

Item 6 – Assuntos Gerais.

A Sra. Marie Ikemoto comentou sobre pedido de retorno dos membros que não estavam participando das reuniões do GT Mananciais. Disse que a única instituição que está atualmente nesta condição é o Instituto Florestal de São Paulo, que inclusive já não participa e não responde cartas há mais de um ano. Disse que seria feito mais um contato com a instituição e caso permaneça da mesma forma enviarão uma carta de desligamento da instituição por faltas. Expôs ainda que houve o retorno da AGEVAP sobre a carta acerca de dúvidas sobre orçamento do Programa.

Encaminhamentos: A próxima reunião foi pré-agendada para o dia 29/06/2021, às 14h30min. Não havendo mais assuntos a serem tratados a reunião foi encerrada.

Início:	09:16	Encerramento	13:40
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		